

## **CONCURSO NEGRO E EDUCAÇÃO: RESUMOS DOS PROJETOS SELECIONADOS**

### **NE-99 002 A TRANSFORMAÇÃO DAS FACULDADES DE DIREITO EM ESCOLAS DE JUSTIÇA: A PROMOÇÃO DE UMA MAIOR IGUALDADE**

NOME: Cristiana Vianna Veras

ENDEREÇO: Rua dos Oitis n. 29/301, Gávea  
22450-050, Rio de Janeiro/RJ

E-MAIL: crisvianna@zaz.com.br

ORIENTADORA: Eliane Junqueira / e-mail: ides@ax.apc.org

#### **RESUMO:**

A pesquisa objetiva, fundamentalmente, analisar as possibilidades de democratização da justiça em função de uma maior diversidade racial, entre alunos de faculdades de direito. A diversificação dos estudantes, em termos sociais, raciais e de gênero na área do direito, nos últimos anos implica quebra da cultura monolítica do mundo jurídico. Não se trata mais, apenas, de garantir assistência judiciária, ampliar os direitos coletivos ou difusos ou informalizar a Justiça, volta-se, agora para o acesso dos operadores do direito à justiça, ou seja, para a diversificação dos profissionais do direito em termos de raça e gênero, principalmente, e para a construção de um novo sentido de justiça.

Parte-se do pressuposto de que o aumento do número de estudantes negros nas faculdades de direito tem, como consequência qualitativa importante, a difusão de um outro sentido de justiça, que contemple as diversidades raciais. De uma justiça impregnada por uma visão uniétnica, estaríamos passando para uma concepção de justiça mais plural, informada por questões raciais.

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa está sendo realizada em duas fases. Na primeira, já concluída, foram coletados dados:

- a) junto a estudantes de quatro turmas de cursos pré-vestibulares para negros e carentes e de duas turmas de pré- vestibulares para carentes, por meio de questionário, a respeito de suas perspectivas profissionais; o que permitiu mapear a procura pelos cursos de direito;
- b) junto a estudantes negros de direito na PUC-Rio, relativamente à sua trajetória de vida e perspectivas profissionais.

Na segunda fase, em desenvolvimento, estão sendo entrevistados:

- a) professores universitários, com o objetivo de identificar as estratégias utilizadas para trabalhar a questão racial em sala de aula;
- b) operadores do direito com diferentes inserções profissionais, sobretudo profissionais que têm trabalhado especificamente na área do Direito e relações raciais.

Se a questão racial for objeto de trabalho em sala de aula, prevê-se também a análise de materiais de ensino utilizados pelos professores.

NE-99 009 “**FAMÍLIAS INTERÉTNICAS E A SOCIALIZAÇÃO DOS FILHOS  
MESTIÇOS: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES**”

NOME: Angela Ernestina Cardoso De Brito

INSTITUIÇÃO: UNESP- Campus De Franca

ENDEREÇO: Rua Treze - n. 13 17

15130000 Mirassol SP

E-MAIL: angelafro@yahoo.com.br

ORIENTADORA: Elide Rugai Bastos / elide@netway.com.br

**RESUMO:**

Este trabalho, partindo do entendimento de que a família se constitui em instância privilegiada no processo de construção da subjetividade, busca compreender em que medida famílias interétnicas se valem de estratégias de transmissão de valores culturais negros para educação e formação da identidade de crianças e adolescentes mestiços, com a finalidade de prepará-los para enfrentar o preconceito e discriminação. Valendo-se de entrevistas, espera-se identificar conceitos e procedimentos empregados pelas famílias para lidar com situações de discriminação, em diferentes espaços institucionais. Considera-se que o estudo da articulação entre a discriminação racial e condições de vida de famílias interétnicas possa trazer subsídios para desvelar mecanismos de exclusão camuflados pelo mito da democracia racial. Os resultados, ainda parciais, permitem identificar, a partir da composição racial das famílias, significados das gradações de cor e dos detalhes da aparência física, como elementos classificatórios e determinantes de graus maiores ou menores de preconceito e discriminação contra pessoas negras. Os resultados também vêm identificando aspectos marcantes em experiências vividas, pelos entrevistados, durante o percurso escolar, o que poderá vir a se constituir em importante material de reflexão para as escolas sobre conceitos que afetam a auto-aceitação de crianças e adolescentes.

## **NE-99 058 OS NEGROS E A EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS PRIMEIRAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM RELAÇÃO AOS NEGROS NO BRASIL**

NOME: Marcus V. Fonseca

INSTITUIÇÃO: Fae-UFMG

ENDEREÇO: Rua Alta, 156, B. N. Vista  
34710-570 Belo Horizonte MG

E-MAIL: mvfonseca@bol.com.br

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cynthia Greive Veiga/ Fae-UFMG

### **RESUMO:**

Esta pesquisa tem como objetivo realizar análise histórica das primeiras práticas educacionais, com características modernas, que foram dirigidas aos negros, no Brasil.

O recorte temporal tomado para análise abrange período em que se processa a abolição do trabalho escravo, mais especificamente, o iniciado a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre, de 1871. Lei esta que estabeleceu que crianças nascidas de mulheres escravas passavam a ser consideradas de condição livre.

Em meio às discussões para a libertação das crianças nascidas de mulheres escravas, surgiu um intenso debate a respeito da educação como dimensão complementar do processo de abolição do trabalho escravo. Houve a preocupação, da parte de parlamentares, em associar a libertação do ventre a um conjunto de mudanças relativas à educação. Entendiam, eles, que para inserir essas crianças na esfera da liberdade, fazia-se necessário dirigir, a elas, uma educação diferente da que usualmente se praticava durante a escravidão.

A crítica em relação aos procedimentos educacionais que eram dirigidos aos escravos foi um dos aspectos mais interessantes desse debate. Mas o que de fato caracterizou as discussões sobre a libertação do ventre, foi o destaque dado à necessidade de introduzir novos procedimentos educacionais que contemplassem os negros. Reivindicava-se a utilização de práticas educativas com características modernas, colocando em evidência a necessidade da escolarização e difusão da instrução para os escravos e seus descendentes.

Esses debates, em torno da questão educacional, levaram a estabelecer algumas atribuições do Estado em relação às crianças que nasceriam livres de mulheres escravas. A partir de 1871, o governo do Império, através do Ministério da Agricultura, desenvolveu uma política pública, cujo objetivo era educar as crianças libertas pela Lei do Ventre Livre. Como resultado dessa política surgiram algumas instituições voltadas para educação dessas crianças, são elas: O Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, no Piauí, a Colônia Orfanológica Izabel, em Pernambuco, a Colônia Orfanológica Blasiana, em Goiás e o Asilo Agrícola Isabel no Rio de Janeiro.

A pesquisa, cujos primeiros resultados vimos de resumir, está permitindo compreender a nova configuração que adquiriu a educação dos negros durante o período abolicionista, ao analisar práticas educativas, buscando identificar papel dessas práticas, tendo em vista as profundas mudanças que ocorriam na sociedade brasileira.

**NE-99 059 ROMPENDO AS BARREIRAS DO SILÊNCIO: OS PROJETOS  
PEDAGÓGICOS PARA A DISCUSSÃO E SUPERAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO  
RACIAL EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO  
HORIZONTE**

NOME: Patrícia Maria de Souza Santana

INSTITUIÇÃO: UFMG

ENDEREÇO: Rua Nair Pentágna Guimarães, 215 /305 Heliópolis

31.760-100 Belo Horizonte – MG

E-MAIL: [andreas@pucminas.br](mailto:andreas@pucminas.br)

ORIENTADORA: Professora Ana Maria Gomes FAE/UFMG

**RESUMO:**

O estudo em pauta tem por objetivos: - identificar e analisar projetos e/ou iniciativas que discutem as relações raciais em escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte; - analisar a atuação dos professores, buscando compreender as dificuldades encontradas para a realização dos projetos, bem como os resultados obtidos.

Para tanto procedeu-se levantamento dos projetos e iniciativas em 130 escolas das 178 da rede municipal, tendo-se identificado a execução de 56, dos quais selecionaram-se 15 para objeto de estudo. A seleção foi feita de acordo com os seguintes critérios:

- projetos diretamente relacionados à temática da discriminação racial, que se repetem há mais de um ano, geralmente levados adiante por um professor/professora, que em muitos casos não conseguem adesão da maioria;
- projetos anuais, tratando especificamente de questões relativas à discriminação racial e que abrangem maior número de professores, alunos, bem como a comunidade em que se encontra a escola.

Para ultimar a seleção foi consultado banco de dados da Secretaria Municipal de Educação (SMED), mantido contato com as escolas, ouvidos integrantes da SMED. Uma vez escolhidas as escolas, procederam-se entrevistas com os professores, em sua maioria mulheres negras. A análise dos dados coletados, ora em andamento, já permite apontar que as motivações para a realização dos projetos estão intimamente ligadas à trajetória de vida desses professores, de marcante identidade étnico-racial e tendo sofrido, muitos deles, experiências ferquentes de discriminação racial. Permite também assinalar que uma das grandes dificuldades para o desenvolvimento dos projetos está em dar visibilidade ao tema. A “luta” no interior das escolas para romper o silêncio sobre relações raciais e racismo tem se mostrado árdua, mas não sem resultados, é o que estamos procurando avaliar/demonstrar nesta etapa final da pesquisa.

## NE99- 100 REMINISCÊNCIAS AFRICANAS: “SE LIGUE ERÊ NO QUARITERÊ”

NOME: Maria Aparecida de Matos

INSTITUIÇÃO: Gerência de Cultura Afro Matogrossense (Sec. Municipal de Cultura de Cuiabá)/UFMT

ENDEREÇO: R. 08 Casa 27, Quadra 11  
78050-530 Cuiabá / MT

E-MAIL: cidamatos@bol.com.br

ORIENTADOR: Henrique Cunha Júnior

Utilizando procedimentos de pesquisa etnográfica, busca, este estudo, analisar o processo de transmissão de papéis de figurantes do Congo, manifestação cultural de raiz africana, típica da “festa” que ocorre anualmente em Vila Bela da SS Trindade, comunidade remanescente de quilombo, no estado de Mato Grosso. Pretende-se conhecer prática pedagógica de tradição oral, a partir de convivência na comunidade, participação na “festa”, além de entrevistas com jovens figurantes do Congo ou espectadores da “festa”, selecionados entre alunos das escolas de Vila Bela, assim como com anciãos que participaram ou ainda participam das danças. Os dados já coletados, têm permitido levantar significados do Congo para seus participantes, assim pôde-se verificar que a dança é uma forma de contar a história dos negros de Vila Bela. E que mais do que uma expressão de religiosidade, ao homenagear o santo católico São Benedito, se constitui em forma de celebrar a liberdade, pois o Congo de Vila Bela, em seus primórdios, foi organizado com a finalidade não declarada de comprar alforria e/ou dar cobertura a fuga de escravos. Também já foi possível entender que as funções do líder do grupo, o rei Congo, ultrapassa de longe a apresentação durante a “festa”, sendo conselheiro no dia a dia da vida na comunidade.

## NE-99 068 AS REPRESENTAÇÕES DOS DOCENTES SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA.

NOME: Francy Rodrigues da Guia Nyamien

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual Vale do Acaraú

ENDEREÇO: Rua Anário Braga, 956, Antonio Bezerra. Fortaleza – Ceará.

Cep 60350350. E-mail: nyamien@roadnet.com.br

ORIENTADORA: Profa. Dra. Ângela Teresinha de Souza Therrien - UFC

### RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir as representações dos docentes sobre a diversidade étnico-racial, particularizando o segmento negro no contexto escolar. O presente estudo incide sobre 20 docentes, com pelo menos dois anos ou mais de experiência no magistério, que ensinam em escolas públicas municipais situadas nos distritos de Sobral e cidades adjacentes e que estavam concluindo o Curso de Formação de Professores para o Ensino Fundamental promovido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, localizada em Sobral.

A opção pela pesquisa qualitativa orientou a escolha dos procedimentos metodológicos. Foram realizadas entrevistas individuais e grupais com professores em dois momentos e aplicação de questionários para obter informações acerca do perfil sócio-econômico dos pesquisados. Uma outra fonte de dados emergiu dos diálogos e conversas com os docentes. As entrevistas foram gravadas, e feitas anotações sobre as falas, à parte. Atentamos aos modos de falar, expressar opiniões, emoções, bem como, à receptividade, reserva e envolvimento dos entrevistados em relação aos temas. As transcrições das entrevistas foram feitas preservando a fidelidade dos conteúdos e formas dos discursos dos sujeitos. Com base no modo de vida dos docentes, procurou-se apreender, os significados e sentimentos a respeito da diversidade étnico-racial. Os dados mostram que os atores sociais interpretam e produzem julgamentos a partir de seu contexto sócio-cultural e de um determinado quadro de referências. As desigualdades raciais, sociais e culturais são percebidas, direta ou indiretamente na sociedade e na escola. Os docentes afirmam que a escola não percebe com clareza em seu cotidiano a importância de realizar trabalhos contínuos sobre a diversidade étnico-racial e nem como esse deve ser realizado, ou seja, não há uma discussão mais específica em relação aos negros e uma visão crítica das diferenças e igualdades raciais. Apesar dos professores diretamente estarem envolvidos nessa relação de ensino, não têm suporte teórico para desenvolver atividades relacionadas ao assunto.

Colhemos também informações dos atores sociais sobre os PCNs na parte referente a pluralidade cultural, com o objetivo de apreender a leitura elaborada pelos docentes, a sua visão sobre a diversidade étnico-racial e os eventuais direcionamentos dos Parâmetros Curriculares a esta temática. A maioria dos professores conhece superficialmente a proposta dos Parâmetros Curriculares na parte referente à pluralidade cultural. Duas das entrevistadas que empreenderam uma leitura mais profunda ressaltaram a necessidade de sensibilizar os profissionais da educação para a importância do tema. Apesar dos limites deste estudo não nos autorizar generalizações, os resultados obtidos até o momento, permitem-nos apontar a necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas dos professores

dos cursos de formação de professores. Os docentes enfatizam que nesses, essa dimensão deve ser aprofundada e discutida criticamente para que se possa avançar em trabalhos desse tipo, uma vez que abordar o assunto exige preparação e segurança. Percebe-se nos discursos que o sujeito negro destaca-se como portador de diferença no universo escolar e, por isso, sofre as conseqüências das representações negativas presentes na história em relação ao seu grupo étnico-racial. O preconceito de cor e de raça manifesta-se nas representações sociais que percebem a cor ou outras características raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para escolhas de atributos estereotipáveis. São as crianças e jovens negros os que mais sofrem, no processo escolar, o preconceito e a discriminação, advindos dessas interpretações veiculadas a respeito do negro.

**NE-99 071 A EXCLUSÃO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: Uma  
História Oral dos Afrodescentes de Graduação da Universidade Estadual de  
Campinas**

NOME: Júlio Costa da Silva

INSTITUIÇÃO: Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas- SP.

ENDEREÇO: Travessa B nº 61 – Vila Antártica  
11721-170 Praia Grande – SP.

E-MAIL: juliocs@obelix.unicamp.br ou juliocs08@yahoo.com.br

ORIENTADORA: Dr<sup>a</sup> Célia Maria Marinho de Azevedo - Professora do Departamento de História da Unicamp.

**RESUMO:**

O objetivo deste estudo é analisar a situação do negro no ensino superior público, considerado como setor restrito a uma parcela da população mais favorecida do ponto de vista sócio-econômico. Porém, pode-se dizer que tal afirmação é parcialmente verdadeira, pois muitos alunos provenientes dos níveis sociais mais desfavorecidos, inclusive alguns negros, ingressam no ensino superior público.

Nesse sentido, este estudo se propõe a reconstruir e a analisar a trajetória educacional de seis alunos negros que, durante os anos de 1999 e 2000, estão ou estiveram regularmente matriculados nos diversos cursos de graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A metodologia utilizada baseou-se principalmente na História Oral, que, por sua vez, possibilitou dar voz aos sujeitos, identificar os pontos favoráveis e as dificuldades enfrentadas. Foi realizada também uma densa consulta bibliográfica sobre os seguintes assuntos: Memória, História Oral, Questão Racial, Ensino Superior e constituição da UNICAMP.

As análises mostram que a maioria dos alunos focalizados é proveniente de escolas públicas que apresentam um grau de ensino relativamente bom, o que lhes possibilitou obter um bom desempenho no vestibular, sendo os cursinhos preparatórios utilizados apenas como reforço ou complemento. No entanto as dificuldades encontradas para se manterem na escola foram as mais variadas, desde as de caráter econômico até as práticas de discriminação racial, às vezes de forma sutil, se bem que preconceito racial os atinge desde os primeiros anos de escolaridade.

Porém, apesar dessas dificuldades os alunos negros em suas trajetórias escolares contaram com pontos favoráveis para sua formação educacional. Ou seja, a maioria não tinha vínculo trabalhista, tendo maior disponibilidade para se dedicar aos estudos e para frequentar as aulas em período diurno.



**NE-99 076 OS “QUADROS NEGROS” DE ESCOLAS PÚBLICAS:  
TRABALHO E SAÚDE DA FUNCIONÁRIA NEGRA**

NOME: Profa. Ms. Fátima Machado Chaves

INSTITUIÇÃO: Doutoranda Saúde Pública/ENSP/FIOCRUZ

ENDEREÇO: Rua Dias da Rocha, 71/902 Copacabana, Rio de Janeiro

E-Mail: africa@ruralrj.com.br

ORIENTADOR: Prof. Dr. Pablo Gentili

**RESUMO:**

Analisamos de que forma as relações sócio-raciais poderiam constituir uma variável interveniente no trabalho e processo saúde/doença das funcionárias negras - serventes e merendeiras - em escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro, articuladas às questões de gênero. Identificamos, também, o papel social e educativo de suas atividades, freqüentemente revestidas de carinho e afeto.

Teoricamente, enfocamos o trabalho como uma atividade do homem que transforma a natureza e a si próprio, estabelecendo relações sociais entre os seres humanos, especificando o trabalho escolar no modo de produção capitalista. No campo da saúde do trabalhador, o processo saúde-doença configura-se como um fenômeno bio-psíquico-social (Minayo, 1999), existindo uma ligação entre processo de trabalho e saúde (Laurell, 1989). Através das categorias gênero e raça procuramos entender, entre outras questões, como a escola lida com o fato de os trabalhos de serventes e merendeiras serem típicos do gênero feminino, considerados domésticos e reservados principalmente às mulheres pobres e negras (Hasenbalg, 1999), verificando as suas conseqüências na organização escolar (Carvalho, 1998).

Além da consulta bibliográfica, realizamos pesquisa de campo em três escolas a partir de alguns critérios: a) deveriam se localizar em diferentes regiões sócio-geográficas; b) a abordagem das funcionárias negras seria feita aleatoriamente no Departamento Geral de Perícias Médicas (DGPM) (escola sul) ou em fóruns sindicais; c) deveria ser incluída no estudo nossa ex escola, tendo em vista o conhecimento e vivência de sua problemática (escola oeste).

Privilegiamos a abordagem da história oral, utilizando entrevistas semi-estruturadas com três merendeiras - duas pretas e uma parda - e três serventes - todas pretas -, cuja classificação de cor foi realizada por nós. Colhemos depoimentos de autoridades na Perícia Médica nos setores de Assistência Social e de Readaptação. Além disso, efetuamos revisão da bibliografia atual e coleta de dados estatísticos na Secretaria de Educação (SME) e na Perícia Médica. Identificamos que a utilização de dados oficiais oferece vários problemas: dificuldade de acesso aos registros existentes; eliminação dos documentos por parte dos órgãos públicos, seja por desinteresse, ou por desconhecimento a respeito do seu valor para a memória coletiva; ausência de resposta por parte das escolas, uma vez que não é feito o registro do processo de adoecimento e dos acidentes no/do trabalho escolar; quase ausência de dados sistemáticos, principalmente de gênero e cor.

Abordamos a escola, instituição social e histórica, como um espaço privilegiado de questionamento de dicotomias vigentes na cultura ocidental, tipo dominante/dominado, intelectual/ manual, homem/mulher, branco/preto, devido a coexistência de diversidades humanas, ou seja, de sujeitos sócio-culturais com diferentes visões de mundo. Concorde-se a respeito da feminização da escola de ensino fundamental carioca. Contudo, constatamos,

de um lado, mulheres professoras, funcionárias intelectuais em atividades de saber e poder, provenientes da camada média da população, em sua maioria mais branca, consideradas pela sociedade como exemplares na educação das crianças, de outro, mulheres, merendeiras e serventes, funcionárias subalternas exercendo atividades manuais socialmente “domésticas”. Majoritariamente, pertencem à população negra, muitas são “chefes de família” e, por vezes, representadas como “empregadas domésticas”.

As atividades laborais dessas trabalhadoras, embora contribuam para o processo educativo e para as práticas disciplinares do ensino municipal, passam despercebidas por grande parte da comunidade escolar e pelos governos. As merendeiras preparam sozinhas, ou com ajuda esporádica de serventes públicas, uma média de 200 refeições diárias, podendo chegar a 250, além de oferecerem leite na entrada de cada turno, configurando uma situação crítica de trabalho que potencializa seus processos de adoecimento. As serventes, além de limparem os banheiros, pátios e salas no mínimo duas vezes por dia em cada turno, precisam ajudar as merendeiras, normalmente, apenas uma para cada turno. Em razão da carência de inspetores de alunos, também são responsáveis pela disciplina nos portões e nos recreios, tarefa que realizam com desprazer pois os alunos não as respeitam (escola oeste). Outra prática que vem acarretando sofrimento é a realização de festas escolares pois, diante da carência excessiva de funcionárias, são sutilmente obrigadas a trabalharem, no mínimo, doze horas ininterruptas.

Com a terceirização, por parte da SME do serviço de limpeza de determinadas escolas, também realizado por mulheres negras e pobres, houve maior sobrecarga para as merendeiras que não podem contar com a ajuda dessas serventes. Esse processo de terceirização traz, portanto, um temor às servidoras públicas que sentem-se ameaçadas com essa prática. Porém, apesar de tudo, verificamos em todas as escolas uma forma “feminina”, afetiva e cuidadosa utilizada na execução dos seus trabalhos, denotando-se uma ligação “maternal” entre as atividades de alimentar a família e de limpar os lares com as mesmas tarefas na escola; entre o cuidar dos filhos com o cuidado aos alunos, explicitada espontaneamente nos discursos.

As doenças e os acidentes de trabalho, sem registros, são os cortes com facas, queimaduras e acidentes de trajeto (quedas), sendo que todas sofrem e adoecem com os produtos químicos de péssima qualidade ou com o excesso de umidade nas mãos, sempre na água (escola centro). Dentre os graves problemas de saúde citam-se as questões osteomusculares e cardiovasculares. De modo geral, dependendo da organização de cada escola, a trabalhadora continua em atividade, mesmo doente, não procurando tratamentos médicos e licenças devido à responsabilidade com o trabalho escolar (escola oeste) ou pelo constrangimento e temor de punições (escola sul). Porém as precárias condições de trabalho têm potencializado vários indicadores danosos à saúde de merendeiras e serventes que, muitas vezes, procuram o DGPM para licenças e readaptações.

No que diz respeito às merendeiras e serventes, nossos resultados parciais apontam para uma escola municipal com uma organização de trabalho hierarquizante e autoritária, repleta de subordinações e/ou antagonismos em suas relações de classe, gênero e raça. Embora possuam elementos comuns, as escolas municipais apresentam-se com relações sociais diferenciadas e peculiares a cada uma, de acordo com a orientação administrativa estabelecida pela direção, praticamente não existindo uma gestão coletiva. Algumas diretoras, sensibilizadas com os problemas de merendeiras e serventes, procuram estratégias para amenizá-los, oferecendo apenas lanche emergencial ou reformando os espaços da cozinha e os banheiros dos alunos (escola centro), ou ainda, recorrendo a

algumas soluções indicadas pelas experiências das servidoras. Outras, parecem desconhecer as suas condições de trabalho, permitindo a continuidade de refeições completas, numa média diária de 230, em cada turno, com apenas uma servidora e com serventes terceirizadas (escola sul).

Verificamos que o discurso ideológico da “democracia racial” foi bem intojetado nas escolas porquanto a interiorização dos preceitos e valores do sistema vigente em nossa sociedade revela-se no não entendimento pelas funcionárias de que a precariedade de seus trabalhos e vidas decorre das discriminações sociais, sexistas e raciais vivenciadas no Brasil. Com exceção de algumas (escola centro), as entrevistadas, embora acreditem que ainda existe um “pouquinho” de preconceito e discriminação para com a população negra, principalmente na procura de trabalho, afirmam que nas escolas em que trabalham (ram) não se observa a sua presença. Mas, contradizendo seus próprios discursos, apontam que os trabalhos que “sobram” para as mulheres negras e pobres são o doméstico, o auxiliar de enfermagem e os de servente e merendeira nas escolas públicas.

## NE-99 085 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O JUÍZO MORAL

NOME: Eliete aparecida de Godoy

INSTITUIÇÃO: Projeto desenvolvido no programa de Doutorado UNICAMP / Área de Psicologia Educacional

ENDEREÇO: Rua Albânia, 71 JD. Camandocaia

13.900-000 Amparo SP

E-MAIL: eliete\_godoy@uol.com.br

ORIENTADORAS: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Orly Zucatto de Assis - UNICAMP Campinas/Brasil

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ileana Enesco Arana - UCM (Universidade Complutense de Madri) Espanha

### RESUMO:

Este estudo se propõe a identificar estereótipos raciais e a possível correlação destes com o nível de julgamento moral e a noção de justiça entre crianças escolarizadas.

Partiu-se do pressuposto de que o desenvolvimento social do indivíduo, os comportamentos pró ou anti-sociais que exibe, estão comprometidos tanto por suas crenças e atitudes quanto por seu juízo de valor que podem facilitar, ou dificultar, a regulação da convivência a partir de valores morais com base na igualdade, respeito e justiça.

Para o estudo foram escolhidas 32 crianças entre 7-10 anos, de nível sócio-econômico baixo, brancos e não brancos<sup>1</sup>, as quais foram submetidas a atividades específicas para identificação de estereótipos depreciativos em relação ao próprio e a outro grupo: entrevistas clínicas que possibilitaram a auto-identificação e indicação de pertencimento a um determinado grupo e entrevistas para avaliar as concepções de justiça e injustiça.

A partir da apresentação de situações-problema em narrativas com conteúdos sócio-morais, algumas vezes, complementadas com figuras, foi possível analisar o tipo de raciocínio presente nos julgamentos emitidos pelos sujeitos. Foram quatro as situações apresentadas; duas delas continham enredo que apresentavam estereótipos raciais.

A análise dos dados, qualitativa e quantitativamente, foi realizada com base nas teorias psicossocial e psicogenética de Piaget. Num primeiro momento, os dados relativos aos estereótipos raciais e ao juízo moral foram analisados separadamente para, a partir desses resultados, se buscar uma possível correlação entre os mesmos.

Cabe esclarecer que os resultados parciais apresentados a seguir e, a sua respectiva análise, referem-se a sujeitos de um grupo de características particulares, no que diz respeito ao meio sócio-cultural. Desta forma não haveria surpresas, se em outros contextos ou realidades os resultados fossem diferentes.

Alguns dos resultados obtidos até o presente momento são:

Os estereótipos raciais - a partir dos instrumentos já relatados foi possível a princípio destacar que, comparativamente, o grau de estereotipia em ambas as idades,

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa empregou-se o termo não brancos para referir-se aos sujeitos negros e/ ou mestiços, originários da união de negros e brancos, a partir da observação da pesquisadora.

independentemente do grupo ao qual a criança pertence, foi significativa na idade de sete anos e, menos intensa, aos dez anos. Ao se comparar a presença dos estereótipos entre brancos e não brancos, percebe-se que aos sete anos os sujeitos brancos demonstram um alto grau de estereotipia e os não brancos, um baixo grau. O mesmo acontece com os sujeitos não brancos na faixa etária de 10 anos de idade.

No que diz respeito aos adjetivos positivos ao próprio grupo, os sujeitos brancos, tanto aos 7 anos quanto aos 10 anos, apresentam um alto grau de atribuição, o que indica um alto grau de preferência e valorização do seu próprio grupo e um alto grau depreciativo para com o grupo alheio. Já entre os sujeitos não brancos, as escolhas tenderam a crescer com relação ao próprio grupo, exceto em relação aos adjetivos *bonito e inteligente*, que aparecem em ambas as idades, representados com um índice nulo de consideração. De maneira geral, a atribuição de estereótipos negativos aos sujeitos não brancos está presente de forma bastante significativa nas duas faixas etárias.

O conceito de justiça e injustiça apresentado pelas crianças de ambas as idades, enquadram-se nas seguintes categorias: a) entendida como lei/autoridade e b) como ações certas ou erradas. Dentro da categoria - lei/autoridade - destacam-se os conflitos familiares resolvidos com a intermediação de autoridades como juiz, delegado, polícia; resolução de delitos; garantia de segurança, direitos, cuidados. Na categoria referente às ações certas ou erradas evidenciam-se a solidariedade; honestidade; ausência de violência, acrescentando-se a idéia de garantia de direitos pelos sujeitos maiores.

Quanto às idéias de justiça e injustiça dentro da categoria (a), aos 7 anos, destaca-se a transgressão da lei; ausência da lei ou a não aplicação da mesma. Na categoria (b), o tratamento desigual ou exclusão; ausência de solidariedade; prática de violência. Aos 10 anos, acrescentam-se às essas idéias julgamentos indevidos; prática de maldade contra o outro; perda de direitos e outros.

Os dados relativos ao raciocínio moral observado nas diferentes situações-problema apresentadas aos sujeitos, foram organizados com base na sua identificação do valor de cada situação (igualdade - equidade/autoridade ou amizade - respeito às diferenças/autoridade); nos motivos apresentados, ou seja, estrutura de raciocínio (obediência à autoridade = justiça retributiva ou igualdade, justiça social e equidade = justiça distributiva); e, por fim, nos elementos de valor apresentados pelos julgamentos, defendidos pelos sujeitos em suas argumentações (consequência como evitar castigo, manutenção da justiça, respeito às diferenças ou igualdade de direitos).

No que se refere ao valor identificado pelos sujeitos em cada situação-problema, aos 7 anos, percebe-se a ausência da *equidade* contra uma pequena manifestação entre as crianças mais velhas somente nas situações 1 e 2, que não possuem a presença dos estereótipos raciais. O valor de *igualdade*, aos 7 anos aparece nas duas idades com um índice bastante semelhante nas duas idades. O valor *autoridade* é mais evidenciado pelas crianças menores em todas as situações. O valor *amizade*, que se destacou apenas na situação 3 (estereótipo racial), foi mais considerado pelas crianças menores, enquanto que o valor *respeito* foi mais apoiado nos julgamentos das crianças maiores.

A estrutura de raciocínio seguiu uma tendência natural que aponta maior índice de obediência à autoridade adulta pelos sujeitos mais novos, exceto na situação 4 (estereótipo racial), em que se igualam às crianças maiores. Obedecendo à tendência do desenvolvimento psicogenético, as crianças mais velhas demonstraram um raciocínio pautado na primazia da justiça, em todas as situações.

Os valores apresentados nos argumentos dos sujeitos para justificar os seus julgamentos, foram: evitar castigo, mais presente entre crianças menores apenas nas situações 1 e 2, enquanto que esse valor, entre os maiores, acrescenta-se também na situação 3, ainda que num índice menor. A manutenção de justiça é mais freqüente entre as justificativas dos sujeitos maiores em todas as situações e, inversamente, a obediência irrestrita é mais freqüente entre os menores. Por fim, a obediência voluntária, revelando a consideração de cada caso em particular, foi apresentada como argumento nas justificativas apenas dos sujeitos maiores.

A esses dados, ainda se aplicarão outros instrumentos, com vista a identificar uma relação entre a estereotipia racial e atitudes e sentimentos objetivados pelos sujeitos e expressos por eles em seus julgamentos bem como o nível de elaboração da noção de justiça.

**NE-99 123 DESIGUALDADES RACIAIS E REQUERIMENTOS DE  
ESCOLARIDADE NO TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE  
SALVADOR. 1987-1999**

NOME: Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal da Bahia - Programa a Cor da Bahia

ENDEREÇO: Travessa do Retiro N 26 Itapuã

41620-550 Salvador Bahia

E-MAIL: chateau@e-net.com.br

ORIENTADORA: Jaci Maria Ferraz de Menezes / E-mail: grilo@svn.com.br

**RESUMO:**

A pesquisa busca, com base em análise exploratória, observar quais os efeitos sobre os espaços ocupacionais dos grupos raciais, do aumento nos requerimentos de escolaridade para a inserção produtiva na Região Metropolitana de Salvador, sob o impacto do processo de reestruturação da atividade produtiva em curso. O estudo empírico se baseará em informações provenientes da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Ped) da Região Metropolitana de Salvador (RMS), nos períodos de 1987-89 e 1997-99.

**Objetivo**

O objetivo do presente trabalho é observar os efeitos do aumento nos requerimentos de escolaridade para inserção nas posições de trabalho, na Região Metropolitana de Salvador, sobre os espaços ocupacionais dos grupos raciais, considerando as intensas transformações no mundo do trabalho no final dos anos 1980 e 1990. Em outras palavras, se quer entender em que medida a exigência de maior escolaridade para a ocupação dos postos de trabalho significou maior dificuldade para os negros na Bahia, vez que estes, no conjunto, apresentavam menores índices de acesso e permanência na escola e que lhes era exigida uma maior escolaridade para que tivessem acesso a postos de trabalho de qualidade.

## **Procedimentos**

Para operacionalizar o estudo empírico, serão utilizadas as informações colhidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED da Região Metropolitana de Salvador. Dois períodos de coleta dessa pesquisa foram tidos como fontes: a) aquele que compreende os 24 *surveys* mensais realizados entre 1987 e 1989 (quando a pesquisa foi suspensa); b) aquele que envolve os levantamentos a partir de janeiro de 1997 até dezembro de 1999 (36 meses).

O universo, é formado pela população presente no mercado de trabalho, envolvendo os indivíduos ocupados, os que estão na condição do desemprego aberto, no desemprego com bico, no desemprego oculto pelo desalento e os inativos com bico.

A investigação considera as características dos indivíduos e dos postos ocupacionais. O perfil dos indivíduos será construído levando-se em conta a raça, a condição de gênero, a idade, a escolaridade e a posição no grupo familiar. Na caracterização do posto ocupacional, considera-se o setor, a ocupação, a formalização da relação de trabalho, e a característica da inserção na atividade produtiva. Os requerimentos educacionais das posições de trabalho serão observados com base na escolaridade dos trabalhadores.